

ATA Nº 07/2018 – Da Comissão de Normas e Documentos do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo – SC.

Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às oito horas, na sala de reunião da Secretaria de Assistência Social, no endereço: Avenida Ernani Cotrim, 747, Centro, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se a Comissão de Normas e Documentos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do conselheiro Eliezer Marques Costa estando presentes os conselheiros: Vitor César Paris (Sec. de Obras), Luciane Ferreira Medeiros (SAS) Elizabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança) e Pedro Paulo Cardoso Martins (SITRESC) e ainda Alessandra Pascoali (Controle Interno). Eliezer cumprimenta os presentes e diz que o objetivo da reunião é analisar o plano de ação e aplicação do ano de 2017 e confeccionar o de 2018, e diz que Alessandra irá trazer planilha explicativa dos gastos do FIA, para análise da comissão. Alessandra chega e solicita que sejam tiradas mais cópias do relatório de prestação de contas para análise dos presentes. A mesma entrega um ofício no qual solicita o encaminhamento do parecer do conselho até o dia 28 de fevereiro de 2018, relatando que já tem conhecimento de que dia 22 é a reunião ordinária do conselho, portanto pede que dessa reunião saia o parecer definitivo. O relatório entregue informa que o ano de 2017 iniciou com R\$123.124,21, e foram efetuados pagamentos no valor de R\$70.270,30, sendo dos projetos CEACA do CEACA, Escoteiro e pagamento de inscrição de conselheiros no encontro regional, ficando o total de R\$92.765,75 para o ano de 2018, considerando o valor a ser repassado da TAC: R\$127.767,59. Eliezer questiona da capacitação, Alessandra diz que foi pago com verbas do gabinete. Eliezer questiona o restante do valor, Alessandra diz que o valor é referente aos encargos bancários e lembra que o relatório foi feito com base em dados da contabilidade. Alessandra reforça que precisará do parecer e questiona se pode ausentar-se, porém logo lembra que há um ofício a ser respondido do Conselho no qual o mesmo solicita um local para a realização da Audiência Pública. Alessandra diz que sentou com a Selma e o local seria a ASSEMCAP, porém necessita de datas específicas possíveis. Eliezer diz que deve ser decidido na plenária do dia 22/02. Alessandra questiona se pelo menos não podem dar uma estimativa, informa que por agora não há nada marcado, e a ASSEMCAP exceto nas sextas-feiras está com datas disponíveis, questiona se não pode ser segunda ou terça. Eliezer diz que a do ano passado aconteceu em uma segunda-feira, mas que deve colocar em plenária. Sabrina diz que tem que ter um tempo para confeccionar os ofícios-convites devendo ser uma data mais para o fim do mês. Luciane diz que, segundo o calendário, tem os dias 12,13,19,20,27. Vitor diz que mais para o final de março seria o ideal para uma melhor convocação. Alessandra diz que logo que tiverem a reunião e decidirem ela seja informada para entrar em contato com o local. Conselheiros analisam plano de ação e aplicação 2017 e confeccionam o de 2018. Eliezer observa que referente ao diagnóstico o conselho ficou o ano inteiro arrecadando as informações. Luciane diz que muitos responderam, porém foi feito outro instrumento de questionário com Rosa, para poderem pegar as informações que necessitavam, ficando ainda alguns a serem respondidos. Luciane diz que os problemas são bem espalhados, não há um bairro problema específico, e ao ser trabalhado um caso a família deve estar envolvida, se ela não se fizer presente não tem como trabalhar. Eliezer questiona se os atendimentos são vinculados ao judiciário. Luciane diz que têm alguns, e por isso a insistência na contratação da assessoria de rede: a mesma família que passa no CRAS pode passar no CREAS, por exemplo, e não é repassada a informação do que já foi feito em determinado caso. Luciane informa que quando chega um caso para ela, ela procura por onde o indivíduo passou, mas que nem todos agem dessa forma, os profissionais têm que entender que é uma prática diária comunicar o que já foi feito. Vitor diz que o ideal seria ter uma ferramenta de dados única. Luciane exemplifica com um caso de negligência de um idoso, onde foi descoberto que o mesmo tinha um filho em Capivari, e até então se encontrava na rua. Pedro Paulo questiona do porque não tem um sistema geral. Luciane diz que a saúde, por exemplo, tem mais de um sistema, depende se o recurso é estadual, municipal, além de ter outras informações específicas daquela área. Porém Luciane reforça que a capacitação vai auxiliar a rede a trabalhar a interação entre as áreas. Eliezer diz que a solicitação da capacitação está novamente no setor de licitações, pois foram informados em reunião com Selma esse ano que não possuíam dotação para realizar no ano passado. Vitor diz que a saúde tem muitos sistemas, mas deveria ter um geral que digitando o CPF da pessoa saberia por onde ela já passou. Luciane diz que no Social tem o Cadúnico e o SIAS. Eliezer questiona enquanto conselho o que podem fazer. Luciane

diz que devem ter projetos aprovados voltados para adolescentes, não só para crianças. Eliezer questiona a questão da educação integral, como ficou no município. Luciane diz que tem um termo de aceite a ser assinado, mas não sabe se o município aderiu. Ana Maria diz que essa é uma questão a ser conversada com a Yara, Secretária de Educação. Vitor diz que em outros municípios tem conhecimento de que estão fazendo alternativas, por exemplo: escolas de futebol, que é extracurricular. Eliezer diz que uma questão a ser pensada é onde fazer essas atividades, pois na escola há aula em todos os turnos. Luciane diz que o SENAI/SENAC deveria sentar e pensar junto, SENAI já faz parte do conselho, ver atividades que contemplem aquele público para fazer um projeto. Vitor diz que tem um município que é parceria entre o FIA e a prefeitura, há um clube que a prefeitura dá o transporte. Luciane diz que tem lista de espera para as atividades de violão e flauta doce, e estão aguardando dança e teatro, porém com número restrito de participantes. Luciane diz que a questão do SENAI/SENAC como é uma instituição profissionalizante, único, provavelmente não terá que passar pelos trâmites da licitação. Eliezer diz que deve ser pensada a questão da infraestrutura, ver projetos que utilizem os espaços que a cidade possui, tem estádio, campo, e que é um investimento em longo prazo, porém os custos vão lá em cima, se for para ter lanche, transporte. Vitor diz que em Pomerode os gastos do FIA são específicos com as atividades e o restante a prefeitura paga. Eliezer diz que se os empresários tivessem consciência do bem que podem fazer seria interessante. Luciane diz que as atividades que mencionou acontecerão no CRAS, que é a porta de entrada. Luciane diz que o diagnóstico deve ser levado para a Audiência Pública. Vitor diz que foi feito 60%. Luciane diz que ficou responsável de coletar os novos questionários entregues. Eliezer questiona sobre o Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente, do que se trata e se é atribuição do Conselho tomar a frente. Sabrina diz que é um plano em que Elizabeth Maccari tinha incluído no plano de ação de 2015 e 2016, e transferiram para 2017. Luciane diz que deve ser uma construção de toda a rede, como nos demais planos. Eliezer diz para pesquisarem do que se trata, se tem resolução que diz que é atribuição do conselho tomar a frente, como no plano decenal. Com relação à implantação do SIPIA, Eliezer diz que teve uma reunião agora começo do ano, e questiona a Sabrina que esteve presente, sobre o que falaram. Sabrina disse que já tem um item em pauta para a próxima reunião ordinária, na qual irá falar que foi solicitado que todos os conselheiros fizessem sua inscrição no sistema. Luciane diz que o SIPIA é muito bom, pois há informações do Brasil todo. Ana Maria questiona se o conselho não pode financiar palestras sobre drogas. Eliezer diz que existem pessoas no município que fazem isso de graça, por exemplo, o Eltinho. Eliezer observa que quem mais precisa ir não vai. Eliezer diz que em uma reunião que fizeram com pais das crianças vulneráveis que estavam no projeto, apareceu somente um pai, sendo o interesse deles, porém os pais não se preocupam. Eliezer diz que as crianças continuarão, como vão pagar ainda não sabem, mas continuarão participando. Vitor questiona a campanha de adoção. Eliezer diz que a pessoas no município sem comida. Ana Maria conta um caso em que fez uma visita e a pessoa disse que não tinha um pão, após solicitou que fossem levar. Eliezer diz que tem que ser trabalhada a base, para que seja uma solução definitiva. Luciane diz referente à divulgação, devem ir mais para a rádio, televisão divulgar as ações. Eliezer diz que para a arrecadação ao FIA, já farão divulgação com as ações da campanha unificada da FECAM. Referente o Plano SINASE, Luciane diz que o plano passa por cada esfera da prefeitura, também não é uma atribuição específica do conselho, por isso ele foi construído junto, porém a maior responsabilidade fica para a Secretária de Assistência. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 10h. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.